

## **EMBATES NO CAMPO EDUCACIONAL: A SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (1922-1931)**

Ana Clara Bortoleto Nery(UFSCar)

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir aspectos da estruturação do campo educacional paulista a partir dos embates ocorridos entre 1922 e 1931, envolvendo membros da Sociedade de Educação e integrantes do magistério paulista. Pretendemos determinar quais os objetos em disputa e também o espaço que cada agente vai ocupando dentro do campo educacional. A origem de nossas questões está no fato de constatarmos que estariam ocorrendo disputas pelo monopólio das revistas pedagógicas. O mapeamento dos conflitos e a análise deles nos permitem indagar quais são os discursos dos agentes e quais seriam as reais causas dos embates. O que, de fato, estaria ocasionando tais conflitos e quais os seus desdobramentos são nossas questões centrais.

A definição de campo nos é dada por Pierre Bourdieu, como espaço que “se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar nesse campo”<sup>1</sup>. Através das disputas é que cada agente ocupa um determinado espaço no campo. Assim são geradas as “modalidades específicas de organização e de sobrevivência internas que funcionam como reguladoras da produção e das relações do próprio grupo. Nesse sentido, o sistema escolar constitui um campo no qual a produção e a divulgação participam como instauradoras”<sup>2</sup>.

É nesse espaço que acontece a concorrência pelo monopólio da autoridade científica que define a posição de cada agente na hierarquia social do campo. As revistas pedagógicas, fontes deste estudo, se constituíam enquanto veículos utilizados para divulgar os conhecimentos que cada grupo envolvido na estruturação do campo educacional paulista julgava mais importante. Isso ocorria na tentativa de tornar hegemônicos tais conhecimentos e de converter em autoridade o grupo que detinha a orientação do órgão de imprensa. Elas constituem para este estudo fontes principais.

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993. p.89.

<sup>2</sup> CATANI, D.B.; VILHENA, C.P.S. **A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira**. [ Apresentado na 15ª Reunião Anual da Anped, Caxambu/M.G. , 1992]. (mimeo)

São, na verdade, um dos objetos em disputa principalmente devido ao poder de fazer circular os conhecimentos que o grupo o qual as domina entende por melhores.

O período de 1922 a 1931, englobado por este trabalho, representa a fase de publicação de quatro periódicos educacionais, cujos agentes estão envolvidos nas disputas pela legitimidade no campo educacional paulista, e também marca o início da Sociedade de Educação de São Paulo (fundada em 1922) até as últimas notícias que se tem de seu funcionamento, por volta de 1931. Na primeira etapa de existência da Sociedade de Educação, não há indícios de disputas envolvendo a entidade ou algum membro. O que nos chama a atenção é o longo debate, que perdura por nove sessões<sup>3</sup>, tendo por tema o “método analítico”. A polêmica foi gerada a partir de uma conferência lida por Renato Jardim na sessão ordinária do dia 23 de março de 1924 cujo título era “O método analítico no ensino de leitura”. Participaram dos debates especialistas no assunto como Sampaio Dória, João Toledo e outros. Discussões em torno desse tema são freqüentes no período abrangido por este estudo.

Dos momentos de embates mais acirrados dos quais participou a Sociedade destacamos dois. O primeiro foi pela ocasião do Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, realizado por Fernando de Azevedo, em 1926. Consideramos o momento importante pois constituiu a saída da esfera educacional para a esfera pública, ao ter por veículo um jornal de grande circulação. Tratava-se de uma disputa considerável no campo educacional. O segundo quando do rompimento da entidade com a ABE, não participando da organização da III Conferência Nacional de Educação, realizada em setembro de 1929, em São Paulo.

Assim sendo, este trabalho pretende desvelar as causas de tais conflitos, a partir do que está mais evidente, a existência de uma disputa pelo monopólio da orientação das revistas pedagógicas. Apresenta, ainda, fatos importantes da vida profissional de personagens do cenário educacional brasileiro, como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Sampaio Dória. Dentre eles chamamos a atenção para a atuação do ex-diretor da Escola Normal da Capital, Renato Jardim, muito presente nos vários conflitos acontecidos então. Ocorrências pouco exploradas pela bibliografia da Educação, são aqui cuidadosamente examinadas.

---

<sup>3</sup> Não dá para determinar a periodicidade das reuniões em que foi discutida a conferência de Renato Jardim, por que houve a intercalação de outras reuniões com diferentes finalidades. O tempo abrangido, entretanto, foi de 23 de março a 12 de maio de 1924. Ver o quadro de reuniões que se encontra na Segunda parte deste trabalho.

## A Sociedade de Educação e a expressão de seus embates

Na década de 20, algumas instituições se organizaram com o intuito de legitimar a atuação de seus associados no campo educacional que estava se estruturando. É este, por exemplo, o caso da Sociedade de Educação de São Paulo. Fundada com a finalidade de congregar membros do magistério em seus vários níveis, dos setores público e privado, com idéias e interesses comuns, teve uma intensa atuação no cenário educacional do período.

Como um “sonho de incorrigíveis idealistas”, assim foi definida, por Oscar Freire, no seu discurso inaugural, a iniciativa de se criar, em São Paulo, a Sociedade de Educação. Esta agremiação nasceu com o intuito de reunir todos aqueles que tivessem a educação como lema. Foi, de fato, uma necessidade do momento, como atesta Renato Jardim, numa palestra transcrita em reportagem d’*O Estado de S. Paulo*, ao dizer que no ano de 1922.

um pequeno grupo de professores- três ou quatro- em íntima e acidental palestra sobre a desassociação em que vivem em São Paulo aqueles que têm a seu cargo o ensino,(...) esse grupo de educadores, tomou a si o promover a formação de um modesto centro de estudos pedagógicos, um centro propulsor da agitação de idéia, pela palavra falada e pela palavra escrita, sobre os problemas educacionais em geral, e nasceu assim a Sociedade de Educação.<sup>4</sup>

Nasceu a Sociedade de Educação de São Paulo. O discurso de Oscar Freire, na sessão inaugural, frisa o tempo todo a necessidade de criação de uma universidade em São Paulo. Ao frisar a importância da criação da universidade, estava ele defendendo seu próprio campo de atuação, uma vez que era professor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Freire pouco fala sobre “educação”, ou mesmo sobre a agremiação que, na ocasião, estava iniciando. A finalidade da Sociedade foi descrita no primeiro número de seu próprio periódico, editado a partir de 1923, que se chamava **Revista da Sociedade de Educação**. Diz o editorial:

Sem ligações sectárias de qualquer natureza, ela dá acolhida fraterna a todos quantos, na seara do ensino, trabalham pelo bem comum; e, visando desenvolver e aperfeiçoar os métodos educativos e a organização escolar dos diversos graus, constitui um plenário em que todos podem vir advogar as suas idéias em prol da causa de que indiscutivelmente depende o futuro do Brasil.<sup>5</sup>

O ciclo de vida da Sociedade de Educação envolve dois períodos, devido à cessação das atividades da entidade num tempo intermediário. Dessa forma, classificamos a primeira fase no período que vai de 23 de novembro de 1922, quando

<sup>4</sup> A NOVA diretoria da Sociedade de Educação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 1929, p.8-9.

<sup>5</sup> REDAÇÃO. A Nossa Revista. **Revista da Sociedade de Educação**, v.1, n.1, ago/23, p.1.

ocorre a reunião inaugural, a 20 de novembro de 1924, quando a Sociedade deixa de se reunir. A segunda fase corresponde ao período de 27 de agosto de 1927, quando ocorre a primeira sessão após a reunião de reorganização, e vai até , provavelmente, meados de 1931.

As primeiras reuniões da Sociedade, não foram documentadas. A primeira reunião formal da Sociedade de Educação de São Paulo ocorreu no dia 2 de junho de 1922, no salão nobre do Jardim da Infância, anexo à Escola Normal da Praça da República. O objetivo principal era o de organizar tal agremiação. Para tanto houve discussão dos Estatutos e eleição da diretoria. A reunião foi presidida por J. C. de Macedo Soares, secretariado por Fernando de Azevedo e Brenno Ferraz do Amaral. Os Estatutos foram aprovados e a diretoria eleita tinha por presidente Oscar Freire de Carvalho e por vice-presidente Renato Jardim. Também foram eleitas comissões permanentes de ensino primário, ensino secundário, pedologia, ensino profissional, ensino superior e da revista. Uma parte dos Estatutos que foi publicada na **Revista da Sociedade de Educação**.

A sessão inaugural ocorreu no dia 23 de novembro de 1922, no salão nobre do Jardim da Infância, local onde aconteceram todas as reuniões da Sociedade até o final de 1924. Estiveram presentes na solenidade, representantes do presidente do Estado e Secretário do Interior, e o diretor geral da Instrução Pública Guilherme Kuhlmann. Discursaram o presidente da Sociedade, Oscar Freire, o presidente da Liga Nacionalista de São Paulo, Frederico V. Steidel, o professor Brenno Ferraz do Amaral e Renato Jardim, vice presidente da Sociedade de Educação e diretor da Escola Normal da Praça da República.

Em 11 de janeiro de 1923 Oscar Freire faleceu. No dia 25 do mesmo mês, a Sociedade de Educação promoveu uma sessão fúnebre, conjuntamente com amigos de Oscar Freire , a Congregação da Faculdade de Medicina, a Sociedade de Medicina e Cirurgia e a de Medicina Legal e Criminologia. Em razão do falecimento do presidente da Sociedade, é convocada uma sessão extraordinária para eleição de um novo presidente. Tal reunião ocorreu no dia 17 de março de 1923 e, na ocasião, Sampaio Doria, por motivos pessoais, renunciou ao cargo de secretário geral. Foi eleito Ovídio Pires de Campos para presidente e Almeida Junior para secretário. Sampaio Doria foi para a comissão de redação da Revista. Além de outros assuntos, discutiu-se ainda nesta mesma reunião, formas de propagar a Sociedade de Educação em todo o estado de São

Paulo. Em sessão extraordinária de 26 de março de 1923, procedeu-se à posse dos novos membros da diretoria da entidade. Todas as reuniões são dirigidas, a partir de então, pelo presidente, com exceção daquelas em que este não pôde estar.

A diretoria da Sociedade de Educação era eleita anualmente, normalmente no mês de novembro. Ao todo, foram eleitas sete diretorias para a entidade. Nas diretorias da Sociedade notamos a presença da professora Zenaide Villalva de Araújo a primeira e única mulher a pertencer aos quadros dirigentes da entidade. Sua importância justificava-se pelo fato dela pertencer ao ensino particular e ser diretora do Colégio Villalva, de sua propriedade. No balancete do ano de 1923 o secretário Almeida Junior relata dificuldades em manter regular número de sócios além dos vários problemas em receber as mensalidades. A agremiação contava então com 70 sócios contribuintes.

Qualquer tema sobre educação podia ser sugerido por um sócio durante as sessões e levado a plenário para debate. Na sessão ordinária de 24 de maio de 1923 “foi lida uma moção assinada por vários sócios, solicitando o envio de um ofício ao presidente da República, mostrando-lhe a urgente intervenção do governo federal no ensino normal e primário”<sup>6</sup>. Após a leitura, houve uma manifestação de Sampaio Doria, dizendo que a Sociedade já havia oficiado o governo federal sobre as mesmas idéias e que a moção só estava reiterando o apelo. Na quarta sessão ordinária de 26 de julho de 1923, foi lida uma proposta a ser apresentada ao governo do Estado, “lembrando a conveniência do envio de missões de professores ao estrangeiro”<sup>7</sup>. Ainda na mesma reunião, o professor Roldão Lopes de Barros apresentou uma “proposta de se lembrar aos poderes públicos a possibilidade e as vantagens do arrendamento das terras pertencentes ao Estado, revertendo os lucros em benefício da instrução”<sup>8</sup>. Organizar uma biblioteca escolar para o aluno e o professor, sob a promoção da Sociedade de Educação, foi proposto por Sampaio Doria, na sexta sessão ordinária, de 19 de setembro de 1923. Doria propunha combater

a preocupação dominante de eliminar os livros das mãos dos alunos. Sem dúvida, foi e é uma necessidade combater o ensino pelo livro, o escolasticismo, o verbalismo em que o espírito da criança se alheia da natureza e se anula. Mas é exagero condenável bani-lo inteiramente da escola. Ele tem uma justa aplicação, e o seu manuseio pelos alunos é insubstituível. Acontece, porém, que, em geral, os livros didáticos são defeituosos, e ainda não atingiram os bons livros, que os há, número

<sup>6</sup> SOCIEDADE de Educação. **Revista da Sociedade de Educação**, v. 1, n. 1, ago/23, p.70.

<sup>7</sup> SOCIEDADE de Educação. **Revista da Sociedade de Educação**, v. 1, n. 2, out/23, p.196.

<sup>8</sup> Id., *ibid.*

bastante às necessidades comuns da escola. A iniciativa da Sociedade correspondia a uma necessidade urgente.<sup>9</sup>

Não temos notícias sobre as últimas reuniões da primeira fase da Sociedade de Educação uma vez que os últimos números da *Revista da Sociedade de Educação* não foram localizados. Já a segunda fase que se inicia em setembro de 1927 é mais problemática ainda. As notícias que temos de seu funcionamento foram localizadas na revista *Educação*, nos jornais da capital, no Inquérito de Fernando de Azevedo e nas cartas de Lourenço Filho e Renato Jardim para Azevedo.

Sobre o período de 1925-27, quando a Sociedade deixa de se reunir Renato Jardim afirma que havia uma ligação com o clima de “volta ao passado” que marcava a gestão de Pedro Voss na Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Parece-nos, no entanto, que a Sociedade dependia do apoio do departamento público, uma vez que a retomada das atividades é marcada pela união entre a agremiação e a Diretoria Geral da Instrução Pública. As reuniões da segunda fase são mais irregulares e a entidade passa por momentos de destaque alternados por muitas dificuldades como veremos adiante. A tônica desta fase está nos intensos debates dos quais participa a Sociedade de Educação, que serão analisados posteriormente. Apesar das reuniões serem irregulares nesta fase há uma diversificação nas atividades. Dessa forma vários cursos são realizados durante os recessos. Além disso a entidade passa a fazer parte da ABE como seção paulista e posteriormente pertencerá a FNSE (Federação Nacional das Sociedades de Educação) criada por Vicente Licínio Cardoso, em 1929.

O período abrangido por este trabalho, 1922-1931, corresponde à publicação de quatro revistas educacionais que são as porta vozes da entidade, com exceção da *Revista Escolar* que foi publicada durante a ausência de atividade da agremiação.

A **Revista da Sociedade de Educação**, de iniciativa particular, editada entre agosto de 1923 e dezembro de 1924, foi uma publicação da Sociedade de Educação e teve por editor Monteiro Lobato. Sua coleção foi composta por 9 números. Com periodicidade bimestral, a **Revista da Sociedade de Educação** veiculou, principalmente, os trabalhos dos membros da entidade, em sua maioria sob a forma de conferências apresentadas nas reuniões, versando sobre temas variados. Das revistas por nós analisadas, é a única que trazia anúncios de vários possíveis patrocinadores. Traduzia um projeto de formação de educadores e de melhoria da educação nacional,

---

<sup>9</sup> Idem, p.198.

aparentemente mais estruturado do que o das revistas anteriores. Em suma a proposta da **Revista da Sociedade de Educação** era a de proporcionar aos seus leitores uma orientação pedagógica. A revista parou de ser publicada em dezembro de 1924, pois as atividades da Sociedade de Educação, em sua primeira etapa de vida, se encerraram naquele ano.

Os redatores do periódico eram escolhidos a cada eleição da diretoria da Sociedade de Educação. Assim, durante o ano de 1923 os responsáveis pela redação da revista foram Almeida Junior, Sampaio Doria, Fernando de Azevedo, Leo Vaz e Brenno Ferraz do Amaral. No ano seguinte a comissão foi formada por Leo Vaz, Brenno Ferraz do Amaral e Pedro de Alcântara Machado. A aceitação do periódico pelo público parece ter sido boa, tal como demonstra o seguinte trecho:

Ao que parece, o público interessado satisfez-se plenamente tanto com a feitura material como com a organização científica da revista, pois a sua procura tem sido grande.<sup>10</sup>

A **Revista da Sociedade de Educação** nos fornece dados sobre o ciclo de vida da entidade que ela representa, através das atas das sessões ordinárias e extraordinárias publicadas em suas páginas. Servia como meio de marcar a posição da Sociedade de Educação no cenário educacional da época, pois divulgava suas idéias e feitos. A importância do periódico para nós consiste em fornecer dados da agremiação, pois foi conservado, ao contrário das atas, documentos aos quais não foi dada a devida importância e, por isso, não foram preservados. Destacamos, também, a fidedignidade deste periódico em relação à orientação dada pela Sociedade de Educação. Esta revista e as demais marcam o discurso de seus grupos representantes, pois os conteúdos nelas veiculados são selecionados de acordo com os propósitos de cada periódico. No caso da **Revista da Sociedade de Educação** não havia a possibilidade, por exemplo, de pessoas enviarem, por opção própria, artigos para publicação. O mensário limitava-se a divulgar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociedade, ou que estivessem diretamente ligados aos temas por ela desenvolvidos. Parece-nos que havia a possibilidade de alguns artigos terem sido encomendados, uma vez que seus autores não aparecem como sócios da entidade, mas apresentam assuntos de relevância para o período. Fora isso, havia a seção de revistas e jornais, os quais eram selecionados pela comissão de redação

---

<sup>10</sup> SOCIEDADE de Educação. **Revista da Sociedade de Educação**, v.1, n.3, dez/23, p.290.

Após 7 anos sem nenhuma revista de ensino de iniciativa do Governo do Estado, em janeiro de 1925 tivemos o primeiro número da **Revista Escolar**. Sob a responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, esta revista teve ao todo 33 números. Seu principal objetivo, declarado no primeiro editorial, era o de “contribuir para o aperfeiçoamento do ensino público paulista”<sup>11</sup>. Como redator-chefe tivemos João Pinto e Silva que, curiosamente também era membro da Sociedade de Educação e que posteriormente passou a ser redator da revista **Educação** - permaneceu no cargo do início ao fim da publicação. Entre os auxiliares tivemos José Veiga, Alduíno Estrada, Augusto Ribeiro de Carvalho e Antônio Faria que se revezaram ao longo da publicação. A finalidade da revista era a de servir como “mera orientadora na parte prática” o que se depreende facilmente ao se observar o grande número de seções dela que trazem lições já elaboradas que poderiam ser utilizadas pelo professor. Logo depois de iniciada a publicação, formaram-se duas correntes: uma, a do professorado em início de carreira, que apoiava a iniciativa; a outra, formada por um professorado mais entusiasta que pretendia uma orientação mais doutrinária. Faziam parte deste segundo grupo alguns membros da Sociedade de Educação, que neste período estava inativa. Este grupo desejava que fosse mudada a orientação da **Revista Escolar**, aproximando-a da revista **Educação**, do Rio de Janeiro, dirigida por José Augusto.

Fazendo parte desse grupo de oposição temos Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, ambos membros da Sociedade de Educação. As opiniões de Azevedo e de outros membros do magistério paulista foram expressas no Inquérito realizado por ele em 1926 para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Neste Inquérito estão contidas várias críticas à Reforma de 1925, elaborada por Pedro Voss, o responsável pela **Revista Escolar**, que também ocupava o cargo de diretor geral da Instrução Pública.

Em outubro de 1927 começou a ser publicada a revista **Educação**, fruto da fusão anteriormente citada. A responsabilidade deste novo periódico foi dividida, inicialmente, entre a Diretoria Geral da Instrução Pública e a Sociedade da Educação de São Paulo.

No primeiro número da revista **Educação**, há um artigo de Amadeu Mendes que discorre sobre a retomada das atividades da Sociedade de Educação e também da co-produção da revista. Após fazer elogios a antiga **Revista da Sociedade de Educação**, esclarece o autor que

---

<sup>11</sup> REVISTA Escolar. **Revista Escolar**, n.1, p.1.

Coincidindo, porém, o começo dessa nova fase da Sociedade, com o início da administração da atual Diretoria Geral da Instrução Pública, sendo os mesmos os desejos colimados por esta e por aquela, no tocante à publicação de tal natureza, e, ainda mais, sendo idêntica a orientação de ambas, do ponto de vista liberal aos seus colaboradores, era justo se congregassem os esforços de ambas ,para que, em vez de duas, aparecesse apenas uma Revista.<sup>12</sup>

A Sociedade de Educação está presente no editorial escrito por Amadeu Mendes, no primeiro número da revista **Educação**, apresentando o novo periódico e a retomada das atividades da Sociedade. Alguns números da **Educação** também trazem a publicação como fruto da parceria entre a Sociedade de Educação e a Diretoria Geral da Instrução Pública, fazendo a distinção dos responsáveis pela revista representantes de cada entidade. Excluindo esses raros espaços, a Sociedade não utiliza o periódico para divulgar suas realizações.

A revolução ocorrida em outubro de 1930 ocasionou a troca de todos os cargos públicos considerados de confiança. Assim, Amadeu Mendes deixou o cargo de diretor do ensino, sendo substituído por Lourenço Filho. Uma delas realizadas por este foi a mudança do nome do periódico editado pela Diretoria Geral, de **Educação** para **Escola Nova**. A coleção completa de **Escola Nova** é composta por 3 volumes, num total de 10 números. Não era editada regularmente, contudo, sua publicação teve 10 meses de duração, ou seja, de outubro de 1930 a julho de 1931. Ao contrário das revistas oficiais publicadas anteriormente, **Escola Nova** não possuía um Conselho Editorial, sendo toda ela de responsabilidade de Lourenço Filho, seu idealizador. Na contra capa está impreso que os pedidos de assinaturas fossem dirigidos à **Escola Nova** e que a correspondência relativa à redação, ao Diretor Geral da Instrução. **Escola Nova** é, na verdade, a segunda fase da revista **Educação** conforme a própria capa demonstra. A revista **Educação** vinha sendo publicada desde outubro de 1927 sob a dupla responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, parceria que desaparece com a duplicação de **Escola Nova**, sem nenhuma explicação formal. Não há registros oficiais da parceria entre as duas entidades, como anteriormente havia na revista **Educação**. Lourenço Filho é o presidente da Sociedade de Educação no ano de 1930 e foi um dos maiores incentivadores da entidade, ajudando na sua reorganização em 1927. O que provavelmente tenha ocorrido é a não necessidade da parceria, naquele momento, por conta de Lourenço Filho estar representando as duas partes.

---

<sup>12</sup> MENDES, Amadeu. “Educação”. **Educação**, v. 1, n. 1, out/27, p.3-4.

## Dois momentos de grandes embates

No primeiro conflito que veremos a seguir não há uma discussão entre representantes da Sociedade de Educação e um dado grupo de oposição. O que ocorre é um acirrado ataque feito por Fernando de Azevedo e os participantes de um inquérito por ele elaborado à organização do ensino público paulista. Uma das hipóteses levantadas neste trabalho é a de que o Inquérito sobre a situação do ensino público em São Paulo, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1926, e coordenado por Fernando de Azevedo, teria por base, a crítica a Reforma da Instrução de 1925. Ao analisarem a situação em que se encontrava o ensino paulista, os participantes colocaram-se contra as modificações empreendidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública. A afirmação se justifica pelo fato da própria reforma ser continuamente citada, criticada e até mesmo elogiada em alguns aspectos, durante todo desenrolar do Inquérito.

Em 1926, Fernando de Azevedo dirigiu uma enquêta para o jornal *O Estado de S. Paulo* com a finalidade de verificar a opinião de algumas pessoas, muito conhecidas na época, sobre a situação do ensino público paulista. Este Inquérito foi publicado em 1937 na forma de livro com o título *O Ensino em São Paulo: problemas e discussões*. Como se pode verificar trata-se de uma investigação executada na época em que a **Revista Escolar** era publicada. Este Inquérito já foi objeto de análise de muitos trabalhos acadêmicos<sup>13</sup>. A diferença agora, é que estamos propondo uma nova forma de olhar este objeto, a partir do desvelamento dos principais conflitos ocorridos no meio educacional, na fase em que foi realizado o Inquérito. Isto nos possibilita uma melhor compreensão de quais eram as regras do jogo, e qual o papel que cada participante tinha que desempenhar. Não podemos afirmar que houve uma participação efetiva da Sociedade de Educação na execução da enquêta, pois ela se encontrava inativa. O que houve, sim, foi a participação maciça de ex e futuros membros da agremiação.

A leitura de *A Educação na Encruzilhada*, 2ª e 3ª edições de *O Ensino em São Paulo*, nos induzem a uma interpretação de que naquele Inquérito se traduziam as principais deficiências do ensino paulista, consubstanciadas na Reforma de 25. Nos

<sup>13</sup> Entre outros citamos: CARVALHO, MMC. **Molde nacional e forma cívica**. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação-USP; MATE, CH. **Dimensões da Educação Paulista nos anos 20**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica/SP; BOTO, Carlota JMCR. **Rascunhos da escola na encruzilhada dos tempos**. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

remete, ainda, a entender que seus participantes, apesar de serem adeptos das várias correntes pedagógicas em voga, eram partidários de uma mesma concepção de escola. Marta Carvalho, ao fazer uma análise de *A Cultura Brasileira*, assinala que Azevedo descreve a década de 20 como “marcha gloriosa e inexorável do ‘novo’ contra o ‘velho’”<sup>14</sup>. Considerando que o Inquérito aglutinava simpatizantes de diferentes correntes pedagógicas, como afirmamos há pouco, torna-se difícil aceitar a existência do conflito “renovadores X tradicionalistas”. Para nós, a ausência de representantes da Diretoria Geral da Instrução Pública, como veremos em seguida, reforça a tese de que a oposição exercida pelo jornal, ao governo em exercício, e, por consequência, às modificações efetuadas através da Reforma de 25, é explicitada pelo Inquérito.

No empreendimento de Fernando de Azevedo, tal como ele mesmo ressalta, “se encontram as linhas reformatrizes do maior movimento de renovação educacional que se operou no país”.<sup>15</sup> Não pretendemos discutir quais os objetivos do trabalho de Azevedo, mas chamar a atenção para as questões de natureza política, que se evidenciaram a partir da análise do Inquérito.

O grande alvo das críticas feitas pelos participantes do Inquérito, entre eles Sud Mennucci, Lourenço Filho e José Escobar, era a reforma da Instrução Pública, em São Paulo, de 1925. Esse Inquérito concluiu que já eram generalizadas as opiniões dos educadores a respeito do conservantismo, ou seja, da resistência a mudanças apresentadas pelo sistema escolar paulista. Na conclusão, Fernando de Azevedo volta a acusar os reformadores de 1925 de “conservadores e reacionários”<sup>16</sup>. Acusa-os também por não terem dado orientação científica e sociológica à reforma e pontua a necessidade da iniciativa privada no setor.

Precisamos frisar, no entanto, que nenhum dos participantes do Inquérito pertence aos quadros da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, ou teve alguma participação na elaboração da lei de Reforma do Ensino de 1925. A maioria deles, contudo, tinha sido membro da Sociedade de Educação, em sua primeira etapa e, em meados de 1927, colaboraram na retomada das atividades da entidade. Não é difícil observar em todo o texto, a forma capciosa como foram elaboradas as perguntas e até na própria conclusão de cada parte há um direcionamento das questões. O Inquérito é

<sup>14</sup> CARVALHO, Marta M.C. O novo, o velho, o perigoso: relendo A cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.71, nov. 1989, p.31.

<sup>15</sup> AZEVEDO, F. **A educação na encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 2.ed.,1960, p.27.

<sup>16</sup> Idem, p.154.

conduzido de maneira que a Reforma se torna o centro das discussões e principal alvo das mais duras críticas. Azevedo é exímio em não dizer os nomes dos agentes envolvidos na estruturação do campo educacional que estariam em oposição ao seu lado de atuação. Talvez seja por essa razão que ele não convida nenhum membro da Diretoria Geral da Instrução Pública a participar do Inquérito. Dos participantes do Inquérito o mais contundente em suas críticas ao ensino público paulista é Renato Jardim.

Muito embora Fernando de Azevedo tenha declarado que a finalidade dessa sua pesquisa era a de verificar a situação do ensino público paulista, podemos observar, a partir do exposto, que o que ele faz é criticar a forma como a direção da Instrução Pública do período estava conduzindo o ensino. Para isso, seu principal mote era a Reforma do Ensino de 1925. A ausência de membros da Diretoria Geral da Instrução Pública não é suficientemente explicada por ele. Este fato, por si só, demonstra o caráter oposicionista do Inquérito. Parece-nos que a participação de representantes da administração do ensino tornaria o Inquérito menos parcial, havendo a possibilidade de se poder comparar opiniões mais divergentes do que as presentes nos artigos.

A organização da III Conferência Nacional de Educação, realizada em setembro de 1929, na capital paulista, acabou por provocar sérios conflitos entre a seção carioca da ABE, presidida por Fernando de Magalhães, e a seção paulista, representada pela Sociedade de Educação de São Paulo. Abordar este episódio da História da Educação Brasileira nos dá a dimensão que havia tomado a Sociedade de Educação naquele cenário. Sua importância é traduzida no desenrolar dos acontecimentos que envolveram a organização de um dos maiores eventos educacionais da década de vinte, ou seja, as Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE). As fontes são, principalmente, os noticiários de jornais, referenciados nas notas de rodapé, e as correspondências de Renato Jardim e Lourenço Filho enviadas a Fernando de Azevedo.

Em novembro de 1927, através de Renato Jardim, ocorreu um convite para que a Sociedade de Educação se filiasse a ABE, o que só se realizou em agosto de 1928. A ata da seção, da reunião da Sociedade, do dia 7 daquele mês, relata uma reforma dos estatutos da entidade, “o qual traz importantes modificações à sua organização interna, e

dispõe que se constitua a Sociedade em Departamento Estadual da Associação Brasileira de Educação, do Rio de Janeiro”<sup>17</sup> .

Os conflitos desencadeados em 1929 se iniciam na II Conferência Nacional de Educação, ocorrida em Belo Horizonte, em dezembro de 1928, e portanto, logo após a filiação da Sociedade de Educação a ABE. Desde a II Conferência até o final da III Conferência são evidentes os conflitos entre Fernando de Magalhães da seção carioca da ABE e Renato Jardim. É necessário esclarecer, entretanto, que Jardim fazia, naquele momento, o papel de porta-voz da Sociedade de Educação, pois era o presidente da entidade, portanto as posições tomadas por ele em relação aos desentendimentos com a ABE nem sempre refletiam sua opinião pessoal.

Os constantes desentendimentos entre a Sociedade de Educação e a ABE poderiam inviabilizar a realização da Conferência em São Paulo. Por interferência de Júlio Prestes (presidente de São Paulo), que dias antes da realização da Conferência anunciaria sua candidatura à presidência da República, Amadeu Mendes ofereceu-se à ABE para ser o organizador e assim, garantir a realização do evento. A realização da Conferência em São Paulo envolvia interesses por parte do governo do Estado, uma vez que o acontecimento seria um meio eficaz de propagar ao país as realizações paulistas (de Júlio Prestes) na área educacional. Por conta do entendimento entre a ABE e o governo paulista e a publicação de “um novo temário para o evento”<sup>18</sup> a diretoria da Sociedade de Educação demite-se coletivamente. Esse fato repercutiu na alta cúpula do governo paulista. A demissão coletiva dos dirigentes da Sociedade de Educação que formavam a seção paulista da ABE, acabou por atingir em cheio a própria Sociedade. O abalo foi tamanho que Renato Jardim escreve a Fernando de Azevedo dizendo que a “Sociedade de Educação fica como está, adormecida. É meu pensamento reerguê-la quando oportuno, sem ligações com a ABE”<sup>19</sup>.

A Sociedade de Educação, antes mesmo da realização da 3ª Conferência, retoma suas atividades elegendo uma nova diretoria e reestruturando-se, tal como já dissemos no primeiro capítulo deste trabalho. A posse da nova diretoria da Sociedade é realizada em grande estilo, durante o desenrolar da III Conferência Nacional de Educação. No dia 12 de setembro, no Instituto Histórico, tomou posse na presidência da entidade o

---

<sup>17</sup> SOCIEDADE de Educação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 ago. 1928. (recorte sem indicação de página)

<sup>18</sup> CARVALHO, MMC. **Op. Cit.**, 1986, p.265.

<sup>19</sup> JARDIM, Renato. [Cartas a Fernando de Azevedo, 1924-30]. IEB / USP: Arquivo Fernando de Azevedo, Série Correspondência Passiva, 09 mar. 1929.

professor Raul Briquet. Discursaram Renato Jardim e Sampaio Doria, cujas palavras foram publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ao lado da matéria sobre a 3ª Conferência. A uma nova federação havia se filiado a Sociedade. Tratava-se da Federação Nacional das Sociedades de Educação (FNSE). Em junho de 1929, antes da criação da FNSE, o Conselho Diretor da ABE, decide-se pela recusa da organização de uma Federação que congregasse os departamentos estaduais da entidade. Como proposta alternativa, o Conselho resolve organizar para a III Conferência a reunião entre os departamentos estaduais da ABE. No mês seguinte, com o apoio da Sociedade de Educação é fundada a FNSE. A cerimônia de posse da nova diretoria da Sociedade de Educação durante a III Conferência é marcada pela presença das entidades filiadas à FNSE. A reunião dos departamentos estaduais marcada pela ABE não se realizaria. Estes fatos demonstram o enfraquecimento da ABE no período, e o prestígio da Sociedade de Educação no movimento educacional brasileiro. Sintomática, neste trecho, é a postura de Jardim ao dizer que prefere se calar sobre o período de conflitos entre a Sociedade de Educação e a ABE.

A finalidade deste trabalho consistiu em analisar e discutir aspectos da estruturação do campo educacional paulista, a partir dos embates ocorridos entre 1922 e 1931, envolvendo membros da Sociedade de Educação e integrantes do magistério paulista. Considera-se como principal intenção colaborar para a compreensão dos processos e práticas específicas do campo educacional paulista, na década de 20, ao evidenciar disputas que foram travadas em torno do direito de formular e divulgar os melhores conhecimentos acerca da questão educacional. No quadro das produções educacionais contemporâneas, os estudos que tomam como fonte, ponto de partida ou objeto central as revistas educacionais, no Brasil e noutros países, têm demonstrado suas potencialidades na investigação dos processos de constituição, das práticas e dos discursos que marcam o campo educacional em diferentes momentos. Empreender um trabalho como este, com a chamada imprensa periódica educacional, acaba por levantar várias questões sobre a história da educação, das práticas escolares e dos sistemas de ensino, que ensejam a realização de análises sobre a cultura escolar brasileira. Partindo das várias informações fornecidas pelas revistas pedagógicas, publicadas pela iniciativa pública e privada, mapeamos as questões que permeiam os embates no campo educacional. Dentre os principais aspectos analisados aqui, deve-se ressaltar a constituição e a vida da Sociedade de Educação de São Paulo, veio pelo qual passam as principais discussões. Sua importância dentro do cenário é expressa nas muitas

realizações e na atuação de seus membros, participantes ativos dos vários eventos educacionais, envolvidos em alguns dos conflitos analisados. A segunda parte deste trabalho pontuou dois momentos de embates travados no meio educacional que envolveram membros da Sociedade de Educação. A análise do Inquérito realizado por Fernando de Azevedo em 1926 mostrou que todas as críticas quanto ao ensino paulista centravam-se na Reforma de 1925, alvo da enquete. Azevedo participava ativamente das discussões da Sociedade de Educação desde sua criação, em 1922, como a maioria dos participantes do Inquérito. A organização da III Conferência Nacional de Educação significou um momento de afirmação da Sociedade de Educação no cenário educacional brasileiro. Opondo-se às deliberações da ABE, à qual havia se filiado pouco antes, a Sociedade decide não participar da realização do evento, rompendo com a ABE. Sendo mais antiga que a ABE, a Sociedade de Educação era formada por um grupo coeso, ao contrário daquela. Enfraquecida num primeiro momento após o rompimento com a ABE, fortalece-se antes mesmo da realização da III Conferência, dada a facilidade de seus membros de se organizarem.